

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA
CURSO DE ENGENHARIA AMBIENTAL
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PARA ENGENHARIA**

INFLAÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA

Gardênia Pereira

Lorena Martins

Michael

Priscilla Rodrigues

Raniely Roquete

Valéria Mendonça

GOIÂNIA-GO

MAIO/2013

**DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA
CURSO DE ENGENHARIA AMBIENTAL
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PARA ENGENHARIA**

INFLAÇÃO E CORREÇÃO MONETÁRIA

Gardênia Pereira

Lorena Martins

Michael

Priscilla Rodrigues

Raniely Roquete

Valéria Mendonça

Trabalho referente à disciplina
de Administração e Finanças para Engenharia,
apresentado ao Professor Luís Guilherme
como parte integrante das avaliações da disciplina da N2.

GOIÂNIA-GO

Sumário

1. Introdução.....	4
2. Inflação.....	5
3. Diferença de Inflação e Correção Monetária.....	8
4. Efeitos provocados por altas taxas de inflação	8
5. Inflação no Brasil.....	11
6. A inflação é ou não benéfica para as pessoas e empresas	13
7. Conclusão.....	14
8. Referências	15

1. Introdução

A inflação é um tópico que não importa a localidade está presente na economia do país e começou no Brasil desde os anos de 1930 que com elevadas taxas de inflação produziu uma das piores distribuições de renda do mundo e está refletindo isso até os dias atuais, por isso este trabalho tem função de levantar algumas respostas e mostrar para muitos leigos sobre finanças que taxas de inflação e até mesmo a correção monetária podem comprometer ambas as partes que estão envolvidas em qualquer negócio, pois dependendo do aumento do dígitos e de quantidade de vezes que aumenta por ano o país pode até ser submetido a problemas grandes como: crises de desemprego, produtividade.

Portanto, desenvolvemos principalmente sobre inflação com seu conceito e suas reais atribuições e que sejam elas favoráveis ou não para a sociedade incluindo governo, população, empresas e bancos; os efeitos que as altas taxas de inflação podem causar no exterior e no Brasil; e a solução que Itamar durante seu mandato teve que recorrer para salvar o Brasil buscando alternativas para a população e o seu governo não sofrerem com quedas dos dígitos. Averiguou-se a diferença de inflação e correção monetária e mostrando que por se tratar da economia uma inter-relaciona com a outra.

2. Inflação

A inflação é um fenômeno econômico e pode ser interpretada como uma variação ou aumento contínuo nos preços gerais da economia durante certo período de tempo. Esse processo inflacionário ocasiona também contínua perda de capacidade de compra da moeda, reduzindo o poder aquisitivo dos agentes econômicos.

Cada economia mede sua inflação através de um índice geral de preços, que acompanha as variações de preços de um grupo selecionado de bens e serviços (“cesta”), e seguindo determinada metodologia de apuração. Nesse caso, a taxa de inflação é reconhecida como percentual médio de aumento dos preços dessa cesta selecionada de bens e serviços em certo período.

O crescimento da economia e a inflação não devem seguir a mesma tendência, sob pena de provocar desequilíbrio na atividade econômica. Os investidores internacionais (bancos, fundos de pensão e fundo de investimento, empresas multinacionais etc.) priorizam países que apresentam estáveis indicativos de crescimento econômico (evolução do PIB, por exemplo) e baixo nível de inflação.

Numa visão clássica, a inflação pode ser causada pelo lado dos custos, pelo lado da demanda, ou inercial. A inflação de custo é um processo de elevação das taxas de juros, salários, câmbio que determina um acréscimo nos custos de produção. A inflação de demanda, por outro lado, é determinada pela expansão dos meios de pagamentos acima da capacidade de crescimento apresentada pela economia, produzindo um excesso de recursos (rendimentos) em oferta na economia. A inflação inercial é o processo automático de realimentação de preços, ou seja, a inflação corrente decorre da inflação passada, perpetuando-se uma inércia ou memória inflacionária. Diante de maior pressão sobre a demanda de bens e serviços, ocorrem aumentos nos salários e preços em geral, dando origem a um processo inflacionário.

Em geral, quando uma economia dá sinais de elevação em seus índices gerais de preços, as autoridades monetárias atuam sobre a atividade econômica de forma a manter o equilíbrio dos preços. Essa atuação sobre a economia é feita geralmente pelo aumento dos juros, tornando mais onerosos e desencorajadores todos os gastos de empresas e consumidores e provocando desaceleração da economia.

Para o combate á inflação, as autoridades monetárias podem também decretar intervenções sobre o câmbio e controles sobre os preços e salários, reduzindo a capacidade de negociação de certos agentes, como sindicatos e grandes empresas. (NETO, 2011)

No Brasil, entre outros, são divulgados e utilizados pelo mercado seguinte índices de preços:

- IGP Índices Geral de Preços - Publicado todo mês pela fundação Getulio Vargas, é a medida da inflação brasileira. O índice apresenta-se em três versões:
 - IGP – DI abrange as variações de preços verificadas entre o primeiro e o último dia de mês de referência.
 - IGP – M idem para o período entre o dia 21 do mês anterior ao de referência e o dia 20 do mês de referência.
 - IGP –10 idem para o período entre o dia 11 do mês anterior ao de referência e o dia 10 do mês de referência.

O IGP é uma medida ponderada do IPA Índice de Preços por Atacado (60%), do IPC Índice de Preços ao Consumidor (30%) e do INCC Índice Nacional de Preços da Construção Civil (10%).

- IPC Índice de Preços ao Consumidor – Reflete a variação média de preços de um conjunto de bens e serviços no mercado de varejo. É publicado pela FGV e também pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas/USP).

O IBGE apura todo mês dois índices de preços: o INPC Índice Nacional de Preços ao Consumidor e o IPCA Índice de Preços ao Consumidor Ampliado. Estes índices medem a variação de preços de um conjunto de produtos e serviços consumidos pelas famílias. Comparam os preços verificados nos 30 dias de período de referência com os 30 dias do período-base.

A população-objeto do INPC são famílias com rendimento mensais entre 1 e 8 salários mínimos. O IPCA considera em sua metodologia de cálculo famílias com rendimentos mensais entre 1 e 40 salários mínimos.

A importância dos índices de preços na economia brasileira pode ser entendida no quadro I e os tipos de inflação com seus conceitos no quadro II.

Quadro I - Índices de preços e suas principais aplicações

ÍNDICE DE PREÇO	PRINCIPAIS APLICAÇÕES
------------------------	------------------------------

IPCA	Mais relevante do ponto de vista de políticos econômico, sendo o índice de preços selecionada pelo Conselho Monetário Nacional como referência para o sistema de metas de inflação.
INPC	Mais utilizado em dissídios salariais, pois mede a variação de preços para quem está na faixa salarial de até 6 salários mínimos.
IGP-DI	Bastante tradicional. Sua historia remonta a 1944, e foi no passado a medida oficial de inflação do Brasil. Nos dias atuais, o índice é usado contratualmente para correção de determinados preços administrados.
IGP-M	É o índice mais utilizado como indexador financeiro, principalmente para títulos de dívida pública federal. Também corrige preços administrados. Foi criados em 1989 pelo mercado financeiro com o intuito de ser um índice mais independente e livre da interferência governamental.
IPC-FIPE	Apenas de restrito ao município de São Paulo, tem peculiaridades metodológicas e de divulgação que reforçam sua importância.

Fonte: Adaptado de Mercado Financeiro, 2011.

Quadro II – Tipos de Inflação e seus significados no mercado financeiro

TIPOS DE INFLAÇÃO
Inflação de Custos: processo inflacionário é gerado, ou acelerado pela elevação dos custos de produção, especialmente dos salários e/ou dos preços das exportações.
Inflação de Oferta: é um processo de elevação persistente do nível de preços, provocada por uma retração da oferta agregada (insuficiência de oferta), provocada por retrações persistentes da oferta de bens e serviços. É acompanhada de recessão e queda do nível de emprego.
Inflação Híbrida: consiste de um aumento persistente no nível de preços provocado pela interação dos mecanismos de inflação de demanda e de oferta, em função da tentativa dos agentes econômicos de recuperar rendas corroídas pela inflação dos períodos anteriores.
Inflação Estrutural: é baseada na hipótese de inelasticidade ou rigidez da oferta de bens e serviços, especialmente nos setores de produção de alimentos e de importação, característica dos países subdesenvolvidos. O princípio da rigidez da oferta é derivado da incapacidade dos referidos setores (agrícola e importador) de expandirem sua produção mesmo sob estímulo de aumentos da demanda e dos preços
Inflação Inercial: o processo inflacionário é autoalimentado, causado pelas expectativas de comportamento dos preços e/ou pelos mecanismos de reajustamento de renda desenvolvidos pelos agentes econômicos a fim de se protegerem contra os efeitos de uma inflação crônica. Basicamente, a teoria inercialista afirma que a inflação é causada por expectativas e hábitos inflacionários dos agentes econômicos combinados com a existência de mecanismos institucionais que realimentam a alta de preços.

Fonte: Adaptado de Mercado Financeiro, 2011.

3. Diferença de Inflação e Correção Monetária

A inflação, sempre e em qualquer lugar, é causada fundamentalmente por um aumento na oferta de dinheiro e crédito. Na realidade, a inflação é o aumento na oferta de dinheiro e crédito. Se procurarmos no American College Dictionary encontrará uma definição da seguinte maneira: “Expansão indevida ou aumento da moeda de um país, principalmente através da emissão de papel-moeda não redimível em moeda sonante”.

No entanto, em anos recentes o termo passou a ser usado em um sentido radicalmente diferente. Isso é perceptível na segunda definição dada pelo American College Dictionary: “Um aumento substancial dos preços causado por uma expansão indevida do papel moeda ou crédito bancário.”

A palavra Inflação originalmente era aplicada apenas para a quantidade de dinheiro, significava volume de dinheiro aumentado com exagero. Quando a oferta de dinheiro aumenta, as pessoas têm mais dinheiro para trocar por bens. Se a oferta de bens não aumenta ou não aumenta tanto quanto a oferta de dinheiro, os preços dos bens irão subir. É verdade que um aumento nos preços pode ser causado tanto por aumento na quantidade de dinheiro como por uma escassez de bens, ou pelos dois simultaneamente.

Correção Monetária é um meio para reduzir os impactos e as distorções causadas por ela nas demonstrações contábeis e a posterior a utilização da Correção Monetária, como expurgo das causas das altas de preços como técnica para melhor avaliação a situação da empresa, através de demonstrações contábeis em moeda de poder aquisitivo constante. A Correção Monetária é simplesmente uma consequência da inflação, os índices monetários utilizados para acompanhar a inflação correspondem ao cálculo da Correção Monetária.

O Objetivo principal da Correção Monetária segundo Almeida (1995) é exatamente, empregar os efeitos da inflação sobre os elementos patrimoniais de modo a possibilitar que as demonstrações contábeis sirvam para fins gerenciais e retratem o real estado econômico e financeiro da empresa. Nesse sentido, a Correção Monetária foi criada para recompor o poder de compra dos ativos das organizações e utilizada com eficiência por muitos anos.

4. Efeitos provocados por altas taxas de inflação

Com o processo inflacionário, caracterizado por altas taxas e principalmente pelas que oscilam, acaba tendo sua previsibilidade dificultada por parte de agentes econômicos e promove profunda distorções na estrutura produtiva. E por isso, os principais efeitos provocados por esse fenômeno são:

4.1 Efeito sobre a distribuição de renda

A classe trabalhadora é a que mais perde com a elevação das taxas de inflação, principalmente os trabalhadores de baixa renda, que não tem condições de se proteger, por exemplo, com aplicações financeiras, visto consumirem praticamente a totalidade de sua renda e por isso costuma-se dizer que a inflação é um imposto sobre o pobre.

Os proprietários que auferem renda de aluguel também sofrem perda de rendimento real ao longo do processo inflacionário, pois os aluguéis estão normalmente atrelados a contratos que fixam seu valor por determinado prazo.

Os agentes econômicos com mais liberdade de formar preços, e particularmente maior poder de mercado para definir seus preços, como empresas inseridas em mercados oligopolizados, têm condições de repassar os aumentos de custos provocados pela inflação, garantindo assim suas margens de lucro. O governo, por meio de impostos e preços públicos, também tem condições de se defender, corrigindo suas receitas pelas taxas de inflação.

4.2 Efeito sobre o balanço de pagamentos

Segundo Vasconcellos et al, elevadas taxas de inflação, em níveis superiores ao aumento de preços internacionais, encarecem o produto nacional relativamente ao produzido externamente. Assim, tendem a provocar um estímulo às importações e desestímulo às exportações, diminuindo o saldo da balança comercial (exportações menos importações). Esse fato costuma, inclusive, provocar um verdadeiro círculo vicioso, se o país estiver enfrentando déficit cambial. Nessas condições, as autoridades, na tentativa de minimizar o déficit, são obrigadas a lançar mão de desvalorizações cambiais, as quais, depreciando a moeda nacional, podem estimular a colocação de nossos produtos no exterior, desestimulando as importações. Entretanto, as importações essenciais, das quais muitos países não podem prescindir, como petróleo, fertilizantes, equipamentos sem similar nacional, tornar-se-ão inevitavelmente mais caras, pressionando os custos de produção dos setores que se utilizam mais largamente de

produtos importados. O círculo se fecha com uma nova elevação de preços, provocada pelo repasse do aumento de custos aos preços dos produtos.

4.3 Efeito sobre o mercado de capitais

Tendo em vista o fato de que, em um processo inflacionário intenso, o valor da moeda deteriora-se rapidamente, ocorre um desestímulo à aplicação de recursos no mercado financeiro, especialmente as aplicações cuja remuneração seja definida *ex ante*, ou seja, definida antecipadamente no momento da aplicação. Tradicionalmente, nos processos inflacionários mais prolongados, os papéis que ganham importância no mercado financeiro são aqueles cuja remuneração seja definida *ex post*, ou seja, no final do prazo de aplicação.

Em tal situação, normalmente não é possível prever de maneira adequada as taxas de inflação. Nesse caso, mesmo nas aplicações *ex post*, a rentabilidade acaba dependendo de índices de preços utilizados para corrigir o valor aplicado e, conseqüentemente, sua rentabilidade fica atrelada às características dos índices de preços utilizados para corrigir as aplicações. Isso gera muita incerteza no mercado financeiro e faz os poupadores procurarem outras opções para aplicar seus recursos, como em ativos fixos como terras e imóveis.

No Brasil, essa distorção foi bastante minimizada pela instituição durante um longo período do mecanismo da correção monetária, por meio do qual alguns papéis, como os títulos públicos, cadernetas de poupança e títulos privados, passaram a ser reajustados por índices que refletem aproximadamente o crescimento da inflação.

4.4 Efeito sobre as expectativas empresariais

Elevadas taxas de inflação também afetam a formação das expectativas sobre o comportamento da economia no futuro. O setor empresarial é bastante sensível a esse tipo de situação, dada a relativa instabilidade e imprevisibilidade de seus lucros. O empresário fica em um compasso de espera, enquanto a conjuntura inflacionária perdurar, e dificilmente tomará iniciativas no sentido de aumentar seus investimentos na expansão da capacidade produtiva. Assim, a própria capacidade de produção futura e, conseqüentemente, o crescimento econômico e o próprio nível de emprego podem ser afetados pelo processo inflacionário.

4.5 Outros efeitos

Nas etapas iniciais do processo inflacionário, todos os que contraíram dívidas líquidas ganham com a inflação, justamente porque não incorporam nenhuma expectativa inflacionária. Nesse caso, o credor é quem perde, recebendo a quantia emprestada reduzida pela inflação, e, por isso mesmo, perde a renda que teria se houvesse aplicado seu dinheiro em alternativas mais rentáveis de investimento.

Ainda que alguns possam ganhar com a inflação a curto prazo, pode-se dizer que, a longo prazo, poucos ou quase ninguém ganha com ela, porque seu processo funciona como um rolo compressor e desarticula todo o sistema econômico. Embora os trabalhadores sejam os mais prejudicados, as perdas salariais farão com que os empresários também percam, porque venderão menos; o governo é igualmente afetado, uma vez que a arrecadação de impostos é reduzida com a diminuição da produção e do poder aquisitivo.

Por todas essas razões, a estabilização de preços é condição necessária para um crescimento econômico contínuo e estável ao longo do tempo.

5. Inflação no Brasil

Com bastante firmeza, diversos autores afirmam que a maior parte das fontes de inflação ditas anteriormente está ou esteve presente no Brasil. E por muito tempo a inflação foi um problema bastante característico da economia brasileira, em particular a partir da década de 1950, e que só passou a ser mais controlada a partir da implantação do Plano Real, em 1994.

O Plano Real foi feita no governo Itamar Franco e foi feito na primeira etapa: equilibrar o orçamento público de um lado por meio do Fundo Social de Emergência que desvinculou as receitas federais das destinações para gastos específicos e por outro lado, pela criação do IPMF (Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira) que incidia sobre as transações bancárias. Na segunda parte, processou-se a quase total desindexação da economia, pela mudança da moeda: passagem do cruzeiro real para a URV (Unidade Real de Valor) e, desta, para a nova unidade monetária, o Real. E sem dúvida nenhuma, o Plano Real foi um sucesso no controle da inflação, pois a taxa de girava anteriormente em quatro dígitos anuais e dois mensais, passou para um dígito anual.

Na década de 1950 e início dos anos 1960, apontava-se como principal fonte de inflação o déficit do Tesouro. Basicamente, o fator principal era o elevado déficit público, provocado pela necessidade de o governo suprir a infraestrutura adequada de transportes, energia, saneamento, para promover o desenvolvimento econômico do país. Tendo-se em conta o baixo nível de renda per capita, constatava-se a impossibilidade de o governo aumentar a carga tributária, e optou-se pelas emissões de dinheiro. Essa foi uma típica inflação de demanda: quanto mais dinheiro corria na economia, maiores eram as compras e os investimentos, num momento em que a economia ainda não estava preparada para produzir um volume correspondente ao do aumento de demanda.

Entre 1964 e 1973, a política de combate caracterizou-se, numa primeira fase (1964-1966), por um tratamento que pode ser classificado como tratamento de choque, por meio de uma rígida política monetária, fiscal e salarial, enquanto, de 1967 a 1973, foi batizada como uma política gradualista, que correspondeu ao combate por etapas planejadas. A decisão por um tratamento gradual deveu-se à evidência de que países em desenvolvimento, como o Brasil, dificilmente podem suportar o custo social advindo de uma redução de crescimento e aumento de desemprego, que costumam resultar de uma política de tratamento de choque (o que, aliás, ocorreu na primeira fase de combate anti-inflacionário).

As crises do petróleo, em 1973/74 e 1979, trouxeram repercussões profundas sobre a economia brasileira e mundial. Desde aquela ocasião, até 1994, o Brasil apresentou, com raras exceções, taxas crescentes de inflação. Outro fator responsável pela aceleração do processo inflacionário foram novamente os elevados gastos públicos com programas de substituição de importações na área de energia, aço, bens de capital e minerais não ferrosos, ocorridos na gestão Geisel.

A corrente inercialista defendia a tese de que a inflação brasileira seria basicamente inercial, razão pela qual as políticas de controle monetário encetadas até 1985 não provocavam reduções da taxa de inflação. Consideravam que, desde que equacionada a questão do desequilíbrio do setor público, o processo inflacionário brasileiro só seria contido pela eliminação do mecanismo de indexação. Essa era a proposta que estava por detrás do Plano Cruzado, implantado em fevereiro de 1986. Esse plano, concebido à luz de um diagnóstico inercialista, apresentava como característica principal o congelamento de preços e salários.

Outros planos, como o Plano Bresser e o Plano Verão, ainda durante o governo Sarney, e mais tarde o Plano Collor, também utilizaram o congelamento de preços e salários para tentar conter o processo inflacionário brasileiro. No entanto, todos esses planos, mesmo

partindo de uma avaliação relativamente correta do processo inflacionário brasileiro, falharam ao relegar políticas ortodoxas de controle de demanda, em especial na questão do controle do déficit público.

6. A inflação é ou não benéfica para as pessoas e empresas

A elevação sistemática dos preços desequilibra o sistema de preços relativos, isto é, faz com que as mercadorias variem de preços entre si, confundindo o consumidor sobre o que é caro ou barato.

A inflação para as empresas é um problema pois ela acarreta distorções, principalmente sobre a distribuição da renda, sobre as expectativas dos agentes econômicos, sobre o mercado de capitais, sobre o balanço de pagamentos, e acaba afetando o crescimento econômico do país. Porém alguns aceitam que um pouco de inflação faça parte dos ajustes de uma sociedade dinâmica, em crescimento.

Para as pessoas, a inflação é benéfica pois numa situação recessiva (desemprego elevado), as taxas de inflação tendem a ceder, uma vez que as empresas estarão mais voltadas a desovar seus estoques acumulados e os sindicatos de trabalhadores não estarão tao preocupados em obter salários mais elevados, mas sim com a manutenção do emprego. E essa tendência surgiu a relação inversa entre inflação e desemprego chamado de trade-off que é um reflexo de uma tendência cíclica da economia, alternando períodos de maior prosperidade com outros mais recessivos.

Um exemplo claro de trade-off ocorreu em 2003, no primeiro não do governo Lula, quando a necessidade de conter o aumento crescente de preços, obrigou as autoridades a adotar medidas anti-inflacionárias, como elevação dos juros, redução do crédito e dos gastos públicos, e acabou provocando um aumento da taxa de desemprego naquele ano. Se o governo não adotasse essa postura, dificilmente apresentaria as taxas de crescimento nos anos seguintes.

7. Conclusão

Diante do exposto no trabalho, podemos concluir que inflação e correção monetária mesmo sendo falados o tempo todo em jornais e na televisão, são temas que a sociedade desconhece o significado e o papel deles seja bom ou ruim na economia tanto dentro e quanto fora do Brasil.

Observamos também que mesmo estando dentro do mercado financeiro, não percebemos que apesar de tudo a inflação por algum motivo pode ser benéfica ajudando a manter emprego de alguns e acarretando prejuízos para outros. E a correção monetária obrigatoriamente depende da taxa oficial de inflação, uma vez que os índices da correção são calculados a partir da taxa de inflação com o objetivo de compensar a desvalorização da moeda, e lembrar que mesmo sem saberem é benéfica de certo modo pois ajuda no reajustamento de periódico de valores nominais.

8. Referências

ALMEIDA, MARCELO CAVALCANTI. **Curso básico de contabilidade: introdução metodologia da contabilidade e contabilidade básica**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1995. Revista Eletrônica de Contabilidade do Curso de Ciência Contábil da UFSM- 1º Simpósio Iniciação dos Cursos de Santa Maria.

NETO, A. ALEXANDRE. **Mercado Financeiro**. São Paulo 2011.

VASCONCELLOS, S. MARCO ANTÔNIO. **Economia Micro e Macro**. São Paulo: Atlas, 2004.

VASCONCELLOS, S. MARCO ANTÔNIO et al. **Fundamentos de Economia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.